

**PROJETOS** NO DOCUMENTO ENVIADO À ASSEMBLÉIA, AS AÇÕES DE COMBATE À CRIMINALIDADE ESTÃO DETALHADAS; O GOVERNO TAMBÉM PRETENDE PRIVILEGIAR OS PROJETOS JÁ EM ANDAMENTO

# Criticada pela oposição, Segurança vira prioridade de Hartung na LDO

Novas metas para a área foram detalhadas na lei que conduzirá o Orçamento de 2006

VINÍCIUS BAPTISTA  
vanjos@redgazeta.com.br

Principal alvo dos ataques feitos pelos opositores ao Governo Paulo Hartung, a área de Segurança Pública recebeu destaque na **Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO)** para 2006, que foi enviada à Assembleia Legislativa. Comparada com a última LDO, no documento desse ano, o Governo se preocupou em detalhar todas as metas

A)12006

■ A Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) é a lei que orienta a elaboração do orçamento, e direciona em que áreas os recursos serão aplicados. O documento é elaborado pelo Governo do Estado e enviado para a Assembleia Legislativa para ser aprovado pelos deputados. Após duas audiências públicas para debater a LDO, os parlamentares têm até amanhã para apresentar emendas. Amanhã, a LDO com as emendas propostas pelos deputados será analisada por técnicos da Comissão de Finanças da Assembleia. Após essa análise, o relator concederá seu parecer sobre a proposta de lei. No dia 21, o relatório será votado na Comissão de Finanças pela manhã, e à tarde em plenário pelos demais deputados. A LDO tem que ser aprovada até o dia 30 de junho, pois sem ela o Governo não pode elaborar o orçamento. A LDO foi instituída na Constituição Federal de 1988.

do próximo ano para tentar reduzir a criminalidade no Estado.

No quadro comparativo de prioridades e metas entre os anos de 2005 e 2006, alguns itens que recebiam destaque para esse ano, não foram mencionados pelo Governo para o ano que vem. Porém, o secretário de Planejamento, Guilherme Dias, ressaltou que o documento é apenas uma orientação, e que os assuntos que não estão especificados continuam na pauta do Executivo.

“Essas metas destacadas não excluem outros projetos importantes. Isso chama atenção para programas de grande impacto para a população”, ressaltou.

O secretário de Planejamento afirmou que “apesar de não poder direcionar to-

dos os investimentos para apenas uma área”, a segurança pública terá uma atenção especial no Orçamento 2006.

“Esse detalhamento é resultado de uma reflexão do Governo na área de segurança pública. Essa área é o maior desafio porque o resultado não depende apenas do Governo. Não é como uma estrada, que basta ir até lá e fazer a obra. Os resultados dependem de uma série de fatores que envolvem vários segmentos”, destacou.

**Ações.** O curioso é que, na LDO desse ano, o Executivo detalhou poucas medidas práticas para amenizar a violência. No documento que visa o Orçamento a ser aplicado em 2006 – último ano do atual Governo – as ações de com-

bate a criminalidade estão detalhadas, enquanto outros tópicos perderam o destaque.

Nas áreas de Saúde e Educação, as metas são praticamente as mesmas, e poucos itens foram acrescentados ou retirados. Porém, na área de Assistência Social e Infra-estrutura, muitos tópicos foram retirados do documento.

Guilherme Dias destacou que isso não se reflete na realidade dos investimentos programados para essas áreas.

“Investimos muito na secretaria de Ação Social. Em 2003, o custeio com programas sociais e a parte administrativa da secretaria custou R\$ 1 milhão, e nós investimos apenas R\$ 100 mil, pois o Estado estava se recuperando. Em 2005, o custeio foi de R\$ 5,7 milhões e nós investimos R\$ 4,6 milhões”, salientou.

## As novas metas para a Segurança Pública

Metas para a segurança pública em 2006 que não estavam na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2005:



Reduzir a criminalidade e a insegurança pública, em especial os crimes contra a vida.



Reduzir o índice de roubo de cargas em **25%** até 2006, em relação ao apurado em 2003.



Aumentar o número de traficantes presos em **30%** até 2006, em relação ao apurado em 2003.



Atingir **85%** da população carcerária em unidades prisionais até dezembro de 2006.



Reestruturação do sistema penitenciário para reintegração dos internos.



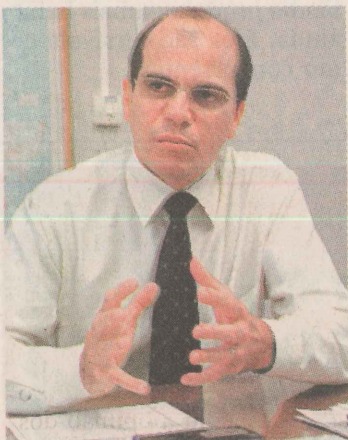
Investir na infra-estrutura prisional, transformando o sistema penitenciário em Centro Auto-Sustentável e que promova a socialização dos internos.

A Gazeta - Ed. de Arte - Gilson

O NÚMERO

97

Esse é o número de emendas apresentadas até hoje pelos deputados à LDO. O prazo para propor emendas vai até amanhã, e o deputado Edson Vargas acredita que esse número vai aumentar bastante.



**ATENÇÃO.** Dias explicou que os projetos de maior impacto são detalhados. FOTO: MARCOS FERNANDES



**ATENÇÃO.** Dias explicou que os projetos de maior impacto são detalhados. FOTO: MARCOS FERNANDES

#### AS PROPOSTAS

**Metas:** O que passou a ser prioridade e não estava na última LDO:

**Saúde:** Atuar completamente junto ao Sistema Único de Saúde (SUS), visando promover o acesso equitativo e universal da população aos serviços, ambulatórios, emergenciais e hospitalares, de forma a reduzir a mortalidade infantil e a garantir o atendimento a 100% da demanda por leitos de terapia intensiva.

#### Educação:

Ampliar o atendimento ao Ensino Médio e estimular a permanência dos adolescentes, jovens e adultos nas escolas com melhoria da qualidade do ensino.

Implantar dois centros de educação profissional.

Oferecer educação profissional em nível básico e técnico, como forma de contribuir para a democratização do acesso as oportunidades de trabalho e para a redução das desigualdades sociais.

#### Infra-estrutura:

Pavimentar 400 km de estradas rurais. Garantir a trafegabilidade das estradas rurais durante todo o ano em rotas agroturísticas.



**INVESTIMENTOS.** No ano em que o Governo do Estado terá mais recursos para investir, a Segurança Pública terá atenção especial no Orçamento 2006. FOTO: MARCOS FERNANDES

## Gasto com obras chega a R\$ 138 milhões

O Governo do Estado já investiu neste ano mais do que foi aplicado em todo o ano de 2004

Apenas nos primeiros cinco meses desse ano, o Governo já investiu R\$ 138 milhões em obras. Mais do que os R\$ 133 milhões que foram aplicados durante todo o ano de 2005. O secretário

estadual de Planejamento, Guilherme Dias, disse que a prioridade nas obras previstas para o orçamento de 2006 – e no segundo semestre de 2005 – será terminar o que está em andamento.

Guilherme Dias disse que o Transcol III, o projeto Águas Limpas e o programa Caminhos do Campo são as prioridades. “Nesse último ano de Governo não vamos construir elefantes brancos. Vamos intensificar o que já está

sendo feito para não deixar obras inacabadas. Não temos obras megalomaniacas, mas temos obras em todos os 78 municípios do Estado”, afirmou o secretário.

De acordo com Guilherme Dias, o Governo conseguiu se estruturar de tal forma que os principais programas orçados pelo Estado não dependem das verbas do Governo Federal para serem colocadas em prática.

“A LDO fixa metas para investimentos com recursos próprios, independentes do Governo Federal. Em 2005, investimos R\$ 300 milhões, e em 2006 está previsto R\$ 380 milhões de investimentos próprios. 10% dos investimentos feitos no Espírito Santo serão com recursos próprios. Desconheço outro Estado da federação que se propõe a investir isso”, ressaltou Guilherme Dias.

putado Edson Vargas acredita que esse número vai aumentar bastante.

## Deputados avaliam que proposta é incompleta

Brice Bragato criticou os investimentos na área social e Edson Vargas, os prazos para as emendas

A falta de especificação sobre ações para tentar amenizar os problemas na área de assistência social foram as principais críticas dos deputados estaduais sobre a LDO. A deputada Brice Bragato (PT) ressaltou que não estavam especificadas ações diferenciadas para coibir a violência contra a mulher, medidas para proteger o direito das crianças e adolescentes, ou ações para encaminhar os jovens ao primeiro emprego. Brice disse que os deputados membros da CPI da Criança e do Adolescente encaminharam emendas nessas áreas. Segundo Brice, outro ponto primordial foi “ignorado” pelo Governo. “Na LDO não tem nenhuma ação específica para melhorar as condições dos 16 municípios capixabas apontados pela ONU que estão com o Índice de Desenvolvimento Humano - IDH - abaixo do aceitável”, alertou a petista.

A Organização das Nações Unidas chama de “bolsões de pobreza” as áreas com IDH inferior a 0,7.

O presidente da Comissão de Finanças, Edson Vargas (PMN), acredita que o tempo oferecido para a propor emendas é curto, e isso faz com que a LDO fique incompleta. “Somos escravos do Regimento Interno. Deveríamos ter mais tempo para conversar com os municípios do interior do Estado para aperfeiçoarmos a LDO”.